



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, informações sobre a menção de Nicolás Maduro ao uso de tropas brasileiras para a invasão de Porto Rico.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, informações sobre a menção de Nicolás Maduro ao uso de tropas brasileiras para a invasão de Porto Rico.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais medidas foram adotadas para esclarecer a posição do Brasil sobre esse tipo de envolvimento militar externo ligado à ditadura de Nicolás Maduro?
2. Houve algum sinal do Ministério sobre a disponibilidade das tropas brasileiras para essa ação?
3. Há algum planejamento ou cooperação militar em andamento ou previsão de envolvimento de tropas brasileiras em operações fora das fronteiras nacionais, especificamente no contexto da América Central ou Caribe, e envolvendo a Venezuela ou qualquer outro país, que envolva questões relacionadas à soberania de Porto Rico ou a interesses da Venezuela?



4. Qual é a posição oficial do Governo Brasileiro em relação à proposta do ditador Nicolás Maduro, que sugere o uso de tropas brasileiras em um território sob a jurisdição dos Estados Unidos?
5. O Ministério já iniciou ou pretende iniciar qualquer diálogo com o Governo dos Estados Unidos ou com as autoridades de Porto Rico em resposta às declarações de Nicolás Maduro? Em caso afirmativo, qual tem sido a orientação diplomática do Brasil?
6. Existe algum tipo de monitoramento ou protocolo estabelecido pelo Governo Federal para acompanhar declarações e posicionamentos de líderes estrangeiros, como a de Nicolás Maduro, que envolvam diretamente o Brasil em questões militares ou geopolíticas internacionais?
7. O Governo Brasileiro considera tomar alguma medida, seja diplomática, política ou legal, para evitar que declarações como essa prejudiquem a imagem e a soberania do Brasil perante a comunidade internacional?
8. O governo brasileiro tem conhecimento de quem é esse "Breno " citado por Nicolas Maduro?
9. O governo brasileiro tem conhecimento ou informação sobre o Batalhão Abreu e Lima citado por Nicolas Maduro?

JUSTIFICAÇÃO

No sábado, 11 de janeiro de 2025, durante um discurso público, Nicolás Maduro mencionou que a Venezuela teria uma “agenda de libertação” para o Caribe e, especificamente, para Porto Rico, sugerindo que o Brasil deveria ser parte de uma ação militar para “libertar” a ilha do controle dos Estados Unidos.

Segundo suas palavras, a Venezuela estaria empenhada na continuidade da obra de Simón Bolívar, que inclui a “libertação” de Porto Rico, e



Maduro, em tom provocativo, sugeriu o uso de “tropas brasileiras” para realizar essa missão. Ele afirmou:

"A agenda foi escrita por Simón Bolívar. Está pendente a liberdade de Porto Rico, e nós vamos conquistá-la, Breno. Com as tropas do Brasil. E Abreu de Lima na frente. Batalhão Abreu de Lima para libertar Porto Rico, o que acha?"

Durante seu discurso, Maduro também fez referência a uma pessoa chamada “Breno” e mencionou o "Batalhão Abreu de Lima", unidade da Polícia Militar de Pernambuco, sem, aparentemente, qualquer base legal ou militar para tal sugestão. Esta declaração foi amplamente divulgada e gerou uma reação tanto interna quanto internacional, dada a natureza do comentário e a forma como envolveu o Brasil em uma questão geopolítica sensível.

Além disso, a governadora de Porto Rico, Jenniffer González-Colón, após as recentes eleições em sua ilha, já havia se manifestado contra o governo de Maduro e declarou apoio à oposição venezuelana, deixando claro que o povo porto-riquenho e o governo local não concordam com os posicionamentos da Venezuela.

O pronunciamento de Nicolás Maduro coloca o Brasil em uma posição diplomática extremamente delicada. Ao sugerir o envolvimento do Brasil em uma intervenção militar fora de seu território, Maduro está diretamente desafiando a soberania do país, sem qualquer respaldo legal ou institucional para tal proposta. Além disso, essa declaração pode comprometer as relações internacionais do Brasil, especialmente com os Estados Unidos e demais aliados regionais.

Em razão dessa grave situação, o Governo Brasileiro deve prestar esclarecimentos ao Senado Federal, que exerce papel fundamental no controle e fiscalização das ações do Executivo, para garantir que a política externa e de defesa



do Brasil se mantenha respeitosa à soberania nacional e alinhada aos princípios constitucionais.

Sala das Sessões, 13 de janeiro de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO

